

O Racismo como Arma Ideológica de Dominação II*

Clóvis Moura**

Resumo:

Esta é a última parte do artigo publicado por Clóvis Moura na *Revista Princípios*, em 1994. No texto, o intelectual incansável discorre sobre o racismo, uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Enquanto ideologia, o racismo subsidia a permanência da dominação, que agora adquire características neocoloniais.

Palavras-chave: Racismo; Ideologia; Dominação; Neocolonialismo.

Racism as an Ideological Weapon of Domination II

Abstract:

This is the last part of the article published by Clóvis Moura in *Revista Princípios*, in 1994. In the text, the tireless intellectual discusses racism, an ideology deliberately created to justify the expansion of groups of dominating nations over those areas dominated by them or the dominate. As an ideology, racism subsidizes the permanence of domination, which now acquires neocolonial characteristics.

Keywords: Racism; Ideology; Domination; Neocolonialism.

* Publicado originalmente em 1994 na *Revista Princípios* n. 34. *Lutas Sociais* agradece aos editores por autorizarem sua reedição neste importante dossiê sobre Clóvis Moura. O artigo, dividido em duas partes, teve a primeira publicada no vol. 27, n. 50, p. 61-73, jan./jun. 2023.

** Intelectual marxista e militante comunista. Dedicou-se aos estudos das lutas negras. Diferentemente da pretensa *intelligentsia* brasileira, o autor deu sentido político aos protestos e insurreições negras desde o Brasil colonial, considerando tais levantes como motor da história e ampliando, assim, a perspectiva da luta de classes. Clóvis Moura nos deixou em 23 de dezembro de 2003. O presente dossiê é parte dos esforços coletivos para ampliar o alcance de sua obra, que se constitui como arma contra a dominação imperialista e promove o antirracismo como fundamento emancipatório.

Da derrota do nazismo ao aparecimento da Guerra Fria

Derrotado o nazismo, o pensamento de direita e especialmente o racismo entraram em recesso, e no âmbito das ciências biológicas e sociais houve toda uma rearticulação contra tais ideias. Foi o momento dos grandes pronunciamentos dos antropólogos e sociólogos, que repuseram a questão racial em termos científicos. Em 1950 divulgou-se uma declaração redigida na casa da Unesco por oito dos maiores nomes da antropologia e da sociologia mundiais, entre eles: Juan Comas, do México; Levi-Strauss, da França; Morris Ginsberg, da Inglaterra; A. Montagu (relator), dos Estados Unidos, e L.A. Costa Pinto, do Brasil. Nas suas *Conclusões* diziam:

os antropólogos só podem estabelecer classificação racial sobre características puramente físicas e fisiológicas. No estado atual dos nossos conhecimentos, não foi ainda provada a validade da tese segundo a qual os grupos humanos diferem uns dos outros pelos traços psicologicamente inatos, quer se trate da inteligência ou do temperamento. As pesquisas científicas revelam que o nível de aptidões mentais é quase o mesmo em todos os grupos étnicos. Os estudos históricos e sociológicos corroboram a opinião segundo a qual as diferenças genéticas não têm importância na determinação das diferenças sociais e culturais existentes entre diferentes grupos da espécie *Homo sapiens*, e as mudanças sociais e culturais no seio de diferentes grupos foram, no conjunto, independentes das modificações na sua constituição hereditária. Vimos produzir-se transformações sociais consideráveis que não coincidem de maneira alguma com as alterações de tipo racial. Nada prova que a mestiçagem, por si própria, produza maus resultados no plano biológico. No plano social, os resultados, bons ou maus, que alcançou são devido a fatores de ordem social. Todo indivíduo normal é capaz de participar da vida em comum, compreender a natureza dos deveres recíprocos e respeitar as obrigações e os compromissos mútuos. As diferenças biológicas que existem entre os membros de diversos grupos étnicos não afetam de maneira nenhuma a organização política ou social, a vida moral ou as relações sociais.

Enfim, as pesquisas biológicas vêm escorar a ética da fraternidade universal; pois o homem é, por tendência inata, levado à cooperação e, se este instinto não encontra em que se satisfazer, indivíduos e nações padecem igualmente por isso. O homem é por natureza um ser social, que só chega ao pleno desenvolvimento de sua personalidade por trocas com os seus semelhantes. Toda recusa de reconhecer este laço social entre

os homens é causa de desintegração. É neste sentido que todo homem é o guardião de seu irmão. Cada ser humano é apenas uma parcela da humanidade, à qual está indissolivelmente ligado.

Depois deste documento saiu a Declaração de 1951, assinada por um grupo de antropólogos e geneticistas, que ampliava mais analiticamente o texto do primeiro, com as mesmas conclusões. Outro documento da Unesco, e nos parece que o último, redigido em Moscou, ainda é mais enfático na condenação ao racismo.

No Brasil a reação não é diferente. Em 1935 surge o *Manifesto dos intelectuais contra o preconceito racial*, em que se enfatiza o racismo como anticientífico:

O movimento contra o preconceito racial visa apenas combater as influências estranhas a que nos querem arrastar para o turbilhão dos racismos truculentos, como também contribuir por todos os meios para o estudo dos problemas surgidos na própria formação étnica, tendo sempre em mira promover maior harmonia e mais fraternal cordialidade entre os elementos que se vão caldeando na etnia brasileira.

Assinam o documento, entre outros, Roquete-Pinto, Maurício de Medeiros, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Hermes Lima, Leônidas de Rezende e Joaquim Pimenta. Em seguida podemos citar o Manifesto contra o racismo, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, que foi aprovado por aclamação no dia 3 de setembro de 1942. O documento terminava nos seguintes termos:

[...] queremos oferecer a todo o mundo civilizado a nossa magnífica filosofia no tratamento das raças como o maior protesto científico e humano e a maior arma espiritual contra as ameaças sombrias da concepção nazista da vida, este estado patológico de espírito que pretende envolver a humanidade numa espessa e irrespirável atmosfera de luto.

Era a volta, também no Brasil, de uma ciência social que repudiava os postulados nazistas no julgamento das raças e a sua função e papel no processo civilizatório.

Já havia se realizado, nossa ocasião, dois congressos afro-brasileiros: o primeiro em Recife, em 1934, por iniciativa de Gilberto Freyre; e o segundo em Salvador, por iniciativa de Edison Carneiro, em 1937. Nos anais de ambos podemos ver a preocupação de muitos congressistas em relação ao problema racial e o seu dilema no Brasil. Dos anais do primeiro podemos destacar as comunicações de Mario de Andrade, Alfredo Brandão, Gilberto Freyre, Adhemar Vidal, Jovelino M. de Camarno Jr., Mário Melo, Rui Coutinho, Rodrigues de Carvalho e outros. Nesses autores nota-se a preocupação de descartar a inferiorização do negro, via fatores

biológicos (inatos), e ressaltar a escravidão como causa de nosso atraso. No segundo congresso vemos a preocupação de Edson Carneiro, Artur Ramos, Donald Pierson, Aydano do Couto Ferraz, Alfredo Brandão e Jorge Amado, cada um a seu modo procurando encaminhar o tema no mesmo sentido.

No terceiro congresso, realizado em 1982, as intervenções de Décio Freitas, Raimundo de Souza Dantas, Clóvis Moura, Gilberto Freyre e outros vão na direção de reabilitar o processo miscigenatório e destacar a participação social do negro em nossa história, posição contrária à dos eugenistas da década de 30, que consideravam este fenômeno um fator de degenerescência da sociedade brasileira. A postura democrática em relação ao problema racial, que teve nos antropólogos e sociólogos da Unesco a expressão mais lúcida, começa, em determinado momento, a ser contestada¹.

No plano político internacional, por outro lado, saía-se da política de colaboração dos quatro grandes vencedores da II Guerra Mundial – Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos – para o confronto da Guerra Fria. Assistiam-se, ao mesmo tempo, os movimentos de libertação da África, dentro do processo de descolonização que se dinamizava. Nesse contexto político iniciam-se os ataques às conclusões dos cientistas da Unesco.

O mais relevante sintoma deste protesto e o que mais repercussão alcançou foi o de Arthur Jensen, professor de psicologia educacional da Universidade de Berkley. Ele combate as conclusões da Declaração da Unesco de 1951 e a de 1964. Afirma textualmente:

O fato de que diferentes grupos raciais neste país tenham origens geográficas largamente diferenciadas e tenham tido histórias largamente diferentes, o que os submeteu a diferentes pressões seletivas econômicas e sociais, faz com que seja altamente provável que seus acervos genéticos difiram em algumas características comportamentais geneticamente condicionadas, inclusive inteligência ou capacidade de raciocínio abstrato. Quase todo o sistema anatômico, fisiológico e bioquímico investigado apresenta diferenças raciais. Por que seria o cérebro uma exceção?

Já o professor de psicologia da Universidade de Londres e entusiasta de Jensen, Hans Jurgen Eysenck, baseando-se em testes de QI de jovens negros americanos, conclui pela existência de diferenças que, dentro da estrutura social atual (julgamentos de valor) significam inferioridade. Este cruzamento de resultados de testes com resultados de pesquisas de geneticistas é uma forma deliberada de confundir os fatos e chegar-se a uma conclusão preestabelecida. Por outro lado,

¹ Ver Roquete-Pinto (1935); Gilberto Freyre et al. (1937); Edison Carneiro et al. (1940); Roberto Motta (1985).

todos sabem que as técnicas de medir a inteligência pelo nível do QI são cada vez mais contestadas.

A antropóloga Ruth Benedict, antes dos professores citados, já punha em dúvida essas técnicas, especialmente quando aplicadas sem os diferenciais culturais e sociais. Cita o exemplo de uma comparação feita entre brancos do Mississípi, Kentucky e Arkansas com negros de Nova Iorque, Illinois e Ohio. O QI dos brancos do Sul é inferior ao QI dos negros do Norte. Os resultados foram os seguintes:

Brancos		Negros	
Mississipi	41,25	New York	45,02
Kentucky	41,50	Illinois	47,35
Arkansas	41, 55	Ohio	49,50

Fonte: Benedict (1941, p. 97).

Contra estes dados, Hans Jurgen Eysenck conclui um de seus livros dizendo:

[...] o reconhecimento da natureza biológica do homem e o reconhecimento da desigualdade geneticamente determinada, associados inevitavelmente ao seu desenvolvimento, é um começo absolutamente necessário a qualquer tentativa de utilizar os métodos da ciência e a razão, num esforço destinado a nos salvar dos perigos (sic) efetivamente reais com que nos defrontamos (1979, p. 252.).

Racismo e determinismo genético

É exatamente em continuação a essa biologização da história e da sociedade que, na década de 70, surge uma nova ciência: a sociobiologia, sistematizada por Edward Wilson, da Universidade de Harvard, e assim definida:

[...] uma ideologia biológica que, empenhada em provar que todo o comportamento humano é determinado geneticamente, como nos animais, deu uma roupagem moderna ao velho darwinismo social. A partir daí a bibliografia só faz aumentar a lista iniciada com o *Macaco nu* e a *História natural da monogamia, do adultério e do divórcio*, da antropóloga norte-americana Helen Fischer, para quem há uma lei natural, inscrita em nossos

genes, que molda o relacionamento afetivo e o acasalamento entre os seres da espécie humana. Outro livro deste gênero é *Personas sexuais*, de Camille Paglia, que considera os papéis sexuais, o machismo e a *feminilidade* decorrentes apenas de nossa natureza biológica e não, também, das relações culturais, históricas, estabelecidas entre homens e mulheres; relações condicionadas pelas peculiaridades das épocas e dos lugares onde ocorreram (Bercht; Ruy, 1993, p. 67).

Poderíamos citar mais de uma centena de obras da nova sociobiologia, mas o que se viu dá para perceber o renascimento do racismo via genética. O preocupante é que essas ideias não se exprimem apenas através de livros, mas de uma prática universitária na direção da dominação ideológica do conhecimento. Neste sentido estava prevista, na Universidade de Maryland, a realização da conferência intitulada “Fatores Genéticos no Crime: Descobertas, Usos e Implicações”, cujo prospecto referia-se ao “aparente fracasso do enfoque social para o crime” e sugeria a realização de pesquisas genéticas para o desenvolvimento de métodos capazes de identificar – e tratar quimicamente – criminosos em potencial. A Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos, por sua vez, publicou em novembro de 1992 o relatório *Compreender e Prevenir a Violência*, sugerindo a realização de mais pesquisas desse tipo e na mesma direção, com investigações sobre marcadores bioquímicos e tratamento com drogas para comportamentos violentos e antissociais, embora admitindo a escassez de evidências substantivas para uma propensão ao crime de per si. Como se pode ver é a volta disfarçada aos métodos eugênicos dos cientistas do III Reich. Analisando tal situação, escreveu Patrick Bateson:

[...] as diferenças existentes entre as pessoas são muitas vezes pensadas como adaptações, como produtos da evolução darwiniana, e, portanto, como atribuíveis a diferenças genéticas. Para o não biólogo, ‘diferença genética’ é sinônimo de inevitabilidade – o problema começa aí. Às pessoas claramente exploradas ou oprimidas é dito que devem aceitar essa situação porque nada podem fazer para alterar os seus genes. Esse tipo de ideias, que penso não serem geralmente partilhadas pelos cientistas que parecem dar-lhes credibilidade, é agora parte de nossa vida política. Por esta razão, e talvez injustamente, o determinismo genético tomou-se o grande tema de muitas discussões públicas sobre sociobiologia. [...] A ênfase no egoísmo e na luta pela existência na evolução biológica teve um efeito de continuação insidiosa na opinião pública (Bateson, 1989). A competição foi encarada como o motor da atividade humana. A experiência nas universidades e nas artes é avaliada pelos mesmos parâmetros que supostamente resultam tão bem no campo do esporte ou na feira. Os indivíduos prosperam compelindo e vencendo. Esta visão da natureza humana,

popular entre os políticos de direita, foi justificada pelo recurso à biologia, e os próprios biólogos foram, por sua vez, algo influenciados pelo movimento de opinião pública. [...] Nenhum de nós sabe tudo, e a nossa tendência para as generalizações tolas está sujeita à rápida correção por outros cuja experiência tenha sido diferente. [...] Tal como as coisas estão, o apelo à biologia feito pela Nova Direita não se dirige tanto ao corpo coerente de ideias científicas como a um mito confuso. Pensa-se na biologia como tratando da competição — e isso significa luta. O conceito darwiniano da sobrevivência diferencial nutre-se da crença na importância do individualismo (1989, p. 105-106; p. 112-113).

Discutindo o lado ético da aplicação da sociobiologia ou da biologia em particular, escreveu Hilton Japiassu:

[...] aliás, nos dias de hoje, parece inegável o impacto social na biologia sobre a vida de cada um de nós. Ela não constitui apenas uma pesquisa sem freios da verdade, isenta de toda e qualquer crítica política ou moral. Já se foi o tempo em que se podia declarar, como H.R. Oppenheimer, um dos responsáveis pela construção das primeiras bombas atômicas, que '[...] nosso trabalho mudou as condições da vida humana; mas a utilização feita dessas mudanças é uma questão dos governos, não dos cientistas'. Ora, a palavra de ordem 'a verdade pelo amor à verdade' torna-se hoje insustentável. Porque a ciência não é mais e tampouco pode ser considerada um domínio da exclusiva competência dos cientistas. Os trabalhos dos microbiologistas, por exemplo, que decodificaram as moléculas de ADN, dão-nos a esperança de um controle genético de numerosos males surgidos no nascimento. Mas essas pesquisas já foram utilizadas, como testemunham os cientistas americanos Zimmerman, Radinsky, Rothemberg e Mayers, pelo governo dos Estados Unidos, para cultivar micróbios violentos destinados à guerra bacteriológica: 'Essa pesquisa conduz a uma produção genética capaz de gerar subpopulações variadas, que poderão ser utilizadas pelos que detêm o controle tecnológico. Essas subpopulações poderão compreender soldados combativos, robôs resistentes para executar as tarefas físicas peníveis, ou filósofos-reis aos quais seriam transmitidos poderes hereditários'. (1991, p. 255).

Estamos nas fronteiras do *Admirável mundo novo*², de Aldous Huxley, quando um dos seus personagens define felicidade: “E esse, acrescentou sentenciosamente o Diretor, é o segredo da felicidade e da virtude – gostar daquilo que se tem de fazer. Este é o propósito de tudo: fazer as pessoas amarem o destino social do qual não podem escapar”.

Estariamos plenamente na era do determinismo genético. O mundo apresentado por Huxley pode ser o objetivo desses cientistas. Mas a biologia genética, via engenharia genética, tem objetivos ainda mais seletivos e ideologicamente racistas. Sobre a visão de radicalismo epistemológico dessa postura científica, escreveu Hilton Japiassu:

[...] os gigantescos progressos da biologia e da engenharia genética já tornaram possível uma outra forma de neo-eugenismo, desta feita bastante mais sofisticado. Diria que um neo-eugenismo fundado nas ciências biogenéticas já se anuncia, sem que possamos predizer de modo seguro quais serão as grandes opções para o futuro. O fato é que, nesse domínio, já existem sofisticados métodos permitindo a detecção dos ‘maus genes’, vale dizer, dos genes que, direta ou indiretamente, são responsáveis por certas doenças. Como nos lembra P. Tuiller, ‘[...] quaisquer que sejam os limites atuais da ciência médica em matéria de diagnóstico e de terapêutica, criou-se uma situação nova; doravante é possível concebermos a longo prazo um gigantesco empreendimento de purificação do capital genético da humanidade (ou de certas populações). O que levanta numerosas questões ao mesmo tempo técnicas e éticas’ (Japiassu, 1991, p. 257).

Em outras palavras, os detentores dessa sofisticada tecnologia podem programar, por exemplo, a cor da humanidade ou de alguns grupos ou populações (de acordo com os seus critérios de valores étnicos) considerados de “maus genes”. Se considerarmos a ideologia de quem monopoliza essa tecnologia, os negros e os não-brancos serão o objetivo desse projeto e tentarão projetar um mundo branco e de robôs.

A Europa ergue um muro contra não-brancos e pobres

Além deste racismo, há aquele que está se disseminando de forma crescente e cada vez mais agressiva. Em todo o chamado Primeiro Mundo (capitalismo imperialista central) ele vem se afirmando, quer por legislações que tornam

² N.T. O romance foi publicado em 1932 na Inglaterra. Sua primeira edição no Brasil ocorreu em 1941.

indesejáveis no seu território membros de determinadas etnias, quer pela incorporação por parte de partidos políticos que endossam essa ideologia e, finalmente, pelo comportamento irracional de grande parte da população desses países. Na Inglaterra, na França, na Áustria e especialmente na Alemanha, o racismo vem aumentando assustadoramente, especialmente neste último país, onde se manifesta através do neonazismo, cuja violência tem feito desaparecer centenas de vidas e cujos métodos de ação são idênticos aos de Hitler.

Esses países começam a proteger-se dos “genes maus”, representados pelas populações não-brancas em geral, que procuram “invadir” o recinto intocável das nações brancas. Esta ideologia racista cresce juntamente com a ideia da unificação da Europa. Há movimentos de extrema direita por toda parte, como a Frente Nacional da França e os republicanos e neonazistas da Alemanha. Nos países nórdicos, como a Noruega, há parlamentares de extrema direita ostensivamente racistas. Segundo Harlen Désir, para alguém eleger-se basta dizer: “Chega de árabes, jamaicanos e turcos!” Na França, segundo ele, parte da população não aceita a fusão e a formação de uma nação plurinacional e sem barreiras. Esta resistência é sentida principalmente nas regiões fronteiriças, onde o discurso de Jean-Marie Le Pen, líder da Frente Nacional, tem forte penetração.

Na Alemanha e na Suécia estão virando moda videogames distribuídos pela extrema direita britânica, com os sugestivos nomes *Jogar em Reblinka* ou *Quando o Gás Tiver Terminado o Trabalho Você Terá Ganho* (Lacut, 1991). O jogador consegue pontos matando judeus, turcos, homossexuais e ecologistas ao som de Deutschland über Alles (Alemanha acima de tudo), estrofe glorificada por Hitler e, depois da guerra, suprimida do hino nacional alemão.

Os ataques racistas se multiplicam e a ultradireita ganha terreno. Os governos da Comunidade Europeia mantêm leis discriminatórias contra os imigrantes dos países não-europeus, apesar de lá se encontrarem há mais de 15 anos. Não é de estranhar que os jovens transformem o videogame em propaganda racista, pois não e apenas na Alemanha e na Suécia que a juventude assim se diverte. Na Áustria o fato se repete: **Auschwitz Total... Hitler Superditador... Antiturcos à Prova...** Segundo Sandra Lacut, da *France Press*, de Viena:

[...] as escolas da Áustria e de outros países europeus foram invadidas por uma série de jogos de computador racistas e neonazistas, nos quais as crianças ‘dirigem’ campos de extermínio de judeus ou ‘compram’ gás para matar os imigrantes turcos. [...] Um estudo realizado pelo Ministério de Educação revela que na cidade austríaca de Lintz, onde Hitler passou parte de sua juventude, 39% dos jovens sabem que existem esses jogos neonazistas e 22% já os jogaram. Em Salzburgo, um em cada cinco jovens que tem um computador já viu publicidade neonazista em sua tela. Os

videogames trivializam o Holocausto (assassinato em massa de judeus, ciganos, homossexuais, comunistas e dissidentes durante o nazismo) e incitam ao ódio contra os judeus e turcos. O jogo *Administrador de Campo de Concentração* consiste em dirigir o campo de Treblinka (Polônia) e conseguir bastante dinheiro – por exemplo, arrancando os dentes de ouro dos judeus mortos – para adquirir o gás necessário para aniquilar os turcos. Outro, chamado *Prova Ariana*, coloca perguntas que revelam ao jogador seu grau de pureza racial. Aquele que for apenas ‘meio ariano’ pode se desforrar ‘matando comunistas’. De acordo com o grau de ‘impureza do sangue’, o jogador pode ser varredor ou limpador de privadas. E o ‘judeu’ é automaticamente atirado na câmara de gás

O que à primeira vista parece ser apenas um detalhe vem demonstrar até que nível a propaganda neonazista está se aproveitando da nova tecnologia e da comunicação avançada nos mesmos moldes de Hitler. Segundo *El País*, os alemães e os belgas, de acordo com pesquisas feitas pela Comunidade Europeia, são os cidadãos europeus que mais admitem os seus sentimentos racistas. Mas é na França e na Grã-Bretanha que a xenofobia e a violência racial se mostram mais intensas. Nos últimos quatro anos (a pesquisa vai até 1990) houve 20 assassinatos motivados por racismo na França. As vítimas eram norte-africanos de nacionalidade ou de origem.

Seis jovens cabeças raspadas (skinheads) mataram a pontapés um tunisiano pai de quatro filhos. O policial que os deteve contou que aquilo que mais o chocou foi o fato de eles terem a sensação de nada terem praticado de condenável. Outros três jovens mataram a tiros um jovem *barki* (francês de origem argelina) “para se divertir”. Cerca de 76% das pessoas entrevistadas depois do assassinato dos três norte-africanos declararam: “O comportamento deles pode justificar as reações racistas”.

Em 1989 ocorreram, em Londres, em média seis incidentes racistas por dia. O Instituto de Estudos da Polícia estimou em sete mil os casos conhecidos de racismo no país, mas sugeriu que a cifra poderia ser dez vezes superior. Isto porque as vítimas temiam denunciar as agressões “por falta de confiança na polícia”. Uma mãe asiática suportou que seus filhos fossem esfaqueados e apedrejados – “Pensei que fosse um comportamento normal em relação aos estrangeiros.” – e não procurou ajuda.

Na Itália, os ataques a estrangeiros estão adquirindo uma sequência e um furor inesperados, acalentados por uma crescente onda de imigrantes clandestinos. Na Espanha, a fúria contra marroquinos, portugueses e africanos é uma reação social em alta, mas a discriminação elege como presa também uma minoria espanhola: os ciganos. Estes últimos são hoje na Espanha cerca de meio milhão de

peças e, como no caso dos negros nos Estados Unidos, sua dança e sua música são muito apreciadas.

Longe de melhorar, as coisas pioraram, assinala o volumoso estudo de oito capítulos elaborado e aprovado pela Comissão de Investigação do Racismo e Xenofobia criado pelo Parlamento Europeu, presidido pelo eurodeputado Glyn Ford. Nem a Comunidade Europeia, nem os governos dos seus estados-membros tomaram medidas para corrigir a situação alarmante, já denunciada em 1986. O mito da Europa como terra de asilo caiu por terra.

A Alemanha é o país onde os sentimentos racistas são mais claramente expressos. Em 1989 (e daí para cá este sentimento aumentou), cerca de 75% dos alemães ocidentais achavam que havia estrangeiros demais no país e 93% eram favoráveis a reduzir o número de trabalhadores imigrantes. Cerca de 60% da população da ex-Alemanha Ocidental admitem ter sentimentos antissemitas. As pesquisas revelam, também, que um quinto dos alemães tem ódio racial contra africanos e asiáticos e opiniões muito negativas sobre os turcos.

O racismo como ideologia neocolonial

Falta agora nos referirmos ao racismo político dos países do chamado Primeiro Mundo (capitalismo central) contra os países dependentes que fizeram parte do antigo sistema colonial, que não foi desmontado até hoje. Uma das particularidades é que são, em sua totalidade, países que têm populações não-brancas.

À medida que se aguçava a luta entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética, os norte-americanos concentraram suas atividades de dominação nas áreas incluídas em seu leque de influências. Com o pretexto de combater a subversão, estabeleceram governos subalternos externamente e ditatoriais internamente. Como norma, ditaduras militares. Com isso consolidaram sua dominação neocolonial. Mas, por uma série de circunstâncias, na América Latina, Ásia, Oriente Médio e África houve movimentos que conseguiram se afastar de sua órbita. Por coincidência, movimentos de países que haviam participado da aventura colonial como dominados. Em outras palavras: surgiram principalmente em territórios onde houve o tráfico negreiro, a escravidão ou outras formas de trabalho compulsório típicas do sistema colonial. Grande parte de suas populações, ou melhor, de sua composição demográfica, é esmagadoramente não-branca.

Com a crise estrutural do sistema capitalista, na fase de imperialismo tecnocrático, houve a necessidade de uma reciclagem no processo e nas táticas de dominação. De um lado para consolidar o seu domínio econômico e, de outro, como manifestação de racismo.

A primeira manifestação mais aguda deste comportamento foi a operação que os Estados Unidos organizaram contra a Líbia em 1981. Foi preparada uma operação de terrorismo de listado para assassinar seu líder. Depois de várias operações de agressão militar, nas quais foram abatidos dois aviões líbios (em território líbio), constatou-se que um dos filhos de Kadafi havia sido assassinado. Isto, porém, não sensibilizou a opinião pública mundial. A mídia criou para consumo internacional a imagem de que Kadafi era o líder do terrorismo internacional, o que os fatos desmentiram.

Depois veio a invasão da ilha de Granada. A pretexto de obedecer aos apelos de uma entidade fantasma, os norte-americanos ocuparam a ilha, assassinaram seu presidente e centenas de seus habitantes. A opinião internacional não se mobilizou nem denunciou o crime, possivelmente por se tratar de um país de negros.

Registramos também a invasão do Panamá, com o pretexto de combater o narcotráfico. Em 1989, a 82ª Divisão Aero-transportadora dos Estados Unidos invadiu seu território, prendeu o presidente Noriega, sequestrou-o e levou-o para ser condenado pelos tribunais norte-americanos. A intervenção norte-americana destruiu a economia do país, tentou extinguir o Exército e colocou um de seus representantes como chefe de Estado. Mas a opinião pública não se emocionou. Pelo contrário. Toda a imprensa mundial teceu elogios ao ato. O Panamá é também um país de negros, mestiços e índios.

Por fim, os casos mais recentes: a Guerra do Golfo contra o Iraque, a invasão da Somália, a tentativa (que persiste) de ocupar o Haiti e os massacres de Ruanda passam como acontecimentos sem relevância. As razões apresentadas são de “ação humanitária”, “restauração da democracia” e “combate ao narcotráfico”, pois não cola mais o “perigo comunista”.

É uma reciclagem hipócrita do antigo sistema colonial, que se reestrutura no neocolonialismo tecnocrático, racista. Para justificá-lo utilizam-se não só da sociobiologia, da engenharia genética e das hipóteses que procuram demonstrar a existência de raças inferiores, mas também de canhões, aviões e tanques de guerra.

Estamos às vésperas do terceiro milênio. Vamos entrar numa época em que as ordenações sociais serão radicalmente reformuladas. Nesse processo as atuais nações atrasadas, dependentes e espoliadas, vindas do antigo sistema colonial, assumirão um papel novo, resgatando o passado de dominação. E o realinhamento social também será étnico, pois as raças não-brancas habitam por herança desse sistema as regiões espoliadas. Este é o desafio do milênio que se avizinha e que não será outro senão a realidade do socialismo em dimensão planetária.

Referências

- BATESON, Patrick. Sociobiologia e política humana. In: ROSE, Steven; APPIGNANESE, Lisa (org.). *Para uma nova ciência*. Lisboa: Gradina, 1989.
- BENEDICT, Ruth. *Raça: ciência y politica*. México-DF: Fondo de Cultura Econômica, 1941.
- BERCHT, Verônica; RUY, José Carlos. A busca infrutífera do gene de Caim. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 29, p. 67-69, 1993.
- CARNEIRO, Edison et al. *O negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- EYSENCK, Hans Jurgen. *A desigualdade do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FREYRE, Gilberto et al. *Novos estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- JAPIASSU, Hilton. A origem pseudocientífica do racismo. In: *As paixões da ciência*. São Paulo: Letras e Letras, 1991.
- LACUT, Sandra. Videogames racistas e neonazistas viram mania em escolas da Áustria. *Folha de S. Paulo*, 17 ago. 1991.
- MOTTA, Roberto (org). *Os afro-brasileiros*. Recife: Massangana, 1985.
- ROQUETE-PINTO, Edgard. Prefácio. In: *Estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.